



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 093

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 093**

### **87ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

#### **Audiência Pública - Lei Antifumo**

##### **Oradores:**

Dr. José Fernando Macedo..... 03

Dr. Jonatas Reichert ..... 04

Dr. Marcos Bessa ..... 05

Dra. Adriana Carvalho ..... 06

Dr. Saulo Carvalho Filho..... 07

Dr. Jaime Slotnik..... 08

Dr. André Ribeiro Langowski ..09

Dr. Elver de Andrade Moronte ..10

Dra. Margarete Matos ..... 11

Dr. João Alberto L. Rodrigues...13

#### **Interpeladores:**

Dep. Stephanes Júnior ..... 12

Dep. Ney Leprevost ..... 13

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 14

Dep. Dobrandino da Silva..... 15

Dep. Professor Lemos..... 16

Dep. Neivo Beraldin ..... 17

Dep. Marcelo Rangel ..... 17

Dep. Jocelito Canto..... 18

Dep. Antonio Belinati ..... 19

Dep. Rosane Ferreira ..... 21

**Encerramento da Sessão: .....21**

### **DIÁRIO Nº 093**

### **87ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2009**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Elton Welter e Dr. Batista.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio

Belinati, Beti Pavin, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Ofícios***

Sob o nº CTL/CC 062/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 130/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, por considerá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 2508/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre a arrecadação feita com as inscrições dos vestibulares realizados em universidades estaduais nos anos de 2007/2008 e 2009. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2766/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Reni Pereira, Fernando Scanavaca, Osmar Bertoldi, Antonio Belinati e Douglas Fabrício, que solicitam esclarecimentos sobre o valor de arrecadação de ICMS. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2806, 2807, 2808, 2809, 2810 a 2811/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 286/09, 288/09, 297/09, 324/09, 792/07 e 303/09 de autoria dos Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Cleiton Kielse, Elton Welter, Antonio Belinati e Cleiton Kielse, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

***Audiência Pública: Lei Antifumo*****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrado o Expediente, conforme fizemos na Sessão de ontem, depois de um acordo feito entre as Lideranças do Governo e Oposição com os demais líderes partidários, ouvimos ontem setores da sociedade que, da maneira mais democrática possível, usou da tribuna desta Casa para defender seu ponto de vista. De igual maneira diversos Deputados se posicionaram, incluindo os palestrantes, para que pudéssemos apreciar essa matéria depois de ouvida e discutida.

Alguém me questionou hoje se estávamos tendo um pouco de pressa na votação dessa matéria. Em hipótese alguma! Já tivemos diversas Audiências Públicas, as Comissões Permanentes da Casa discutiram exaustivamente desde a Comissão de Saúde, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Indústria e Comércio, e ouvimos ontem um setor envolvido neste projeto. Hoje ouviremos outro setor. Amanhã, o projeto irá à votação no que diz respeito à sua constitucionalidade. E as emendas que os Srs. Deputados queiram apresentar, poderão ser apresentadas em 2ª discussão. E podem ocorrer até na própria Sessão de amanhã. As emendas, no caso, voltam à CCJ e posteriormente é que voltariam para votação no plenário.

Então, este vai ser o rito, conforme acertamos com as lideranças dos partidos. Creio que esta é a maneira mais correta, regimental e democrática para apresentarmos esta matéria.

Hoje recebemos - e sejam muito bem-vindos a esta Casa - a começar pelo Dr. José Fernando Macedo, conhecido amigo particular, Presidente da Associação Médica do Paraná, que usará da palavra. De igual maneira, o Dr. Jonatas Reichert, representante no Paraná da Associação Médica Brasileira, da Comissão Nacional de Controle ao Tabagismo e da Sociedade Brasileira de Pneumologia; o Dr. Marco Bessa, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, representando o Conselho Regional de Medicina; a Dra. Adriana Carvalho, advogada da Aliança Contra o Tabaco; o Dr. Saulo Carvalho Filho, representando a Sociedade Paranaense de Pediatria; o Dr. Jaime Zlotnik, Presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo; Dr. André Langowski, Diretor do Departamento de Cardiologia da Sociedade Paranaense de Cardiologia; Dr. Elver de Andrade Moronte, médico do Ministério Público do Paraná; Dra. Margarete Matos, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; e Dr. João Alberto Lopes Rodrigues, médico sanitário da Secretaria Municipal da Saúde.

Sejam as senhoras e os senhores bem-vindos a esta Casa. Teremos esta Sessão como se fora - expliquei isto na data de ontem - uma Audiência Pública. Apenas não temos o público aqui presente nas galerias, exatamente por uma questão, uma determinação médica, de que evitemos grandes concentrações. Mas, nossa TV SINAL está ao vivo, televisando esta Audiência, e repetirá hoje à noite. Naturalmente que a imprensa aqui presente faz toda a cobertura, podendo entrevistá-los no comitê de imprensa e assim por diante.

***Oradores:***

Portanto, sem mais delongas, passo a palavra ao Dr. José Fernando Macedo, Presidente da Associação Médica do Paraná, membro titular da Comissão Estadual de Controle ao Tabagismo.

***Dr. José Fernando Macedo*****O SR. JOSÉ FERNANDO MACEDO**

Boa-tarde a todos! Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, minhas senhoras, meus senhores e Deputados aqui presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar esta Casa por aquelas placas de não fumar, e dizer aos senhores que nós que conhecemos este País, que tem praticamente 200 milhões de habitantes, em que 160 milhões de brasileiros usam o Sistema Único de Saúde como o seu guarda-chuva para as doenças, os senhores imaginem o custo da Saúde no tratamento de um paciente com câncer de pulmão! Os senhores imaginem o tratamento de um paciente que tenha que colocar um stent em uma coronária - os senhores já ouviram falar e muitos dos senhores eventualmente

poderão ter isso, assim como eu também! O preço de um stent é de R\$ 5 mil. Vocês imaginem que um paciente que tem uma doença vascular coronariana coloca dois ou três stents no coração. Então, os senhores imaginem o custo do tratamento de um paciente que teve um acidente vascular cerebral e fica dentro de um hospital por 30, 40 ou 60 dias, ou que se utiliza de uma UTI com traqueostomia e com aparelho respirador. Qual é o custo disso para a Saúde?

Então, o que queremos, o que a Associação Médica do Paraná, com as suas Sociedades Científicas, as nossas entidades médicas lutam, é pela qualidade de vida do nosso povo, e qualidade de vida significa ter saúde.

Se eu convidá-los a conhecer qualquer serviço de cirurgia vascular deste Estado, todos os amputados são fumantes, todos os pacientes naqueles hospitais que têm doença circulatória grave são fumantes. Se convidá-los a conhecer o Hospital Erasto Gaertner e perguntarem aos pacientes lá internados se eles fumavam, 99% daqueles pacientes eram fumantes. Então, o que nós queremos?

Peço a consciência dos Srs. Deputados, que não estamos impedindo o direito do ser humano de fazer aquilo que bem quer, mas ele tem que respeitar o ambiente e respeitar o próximo, no sentido de não fumar na sua presença. Quando se fala em fumódromo, imagino o crime que se está cometendo. Você colocar um fumante dentro de um ambiente fechado, colocar duas, três ou 10 pessoas em um ambiente fechado, ela está se matando usando o cigarro e está matando o próximo também, porque estão respirando a fumaça.

Os senhores sabem das doenças causadas àqueles chamados fumantes passivos, que são aqueles que nunca fumaram e que tem doenças pulmonares gravíssimas porque eram casados com fumantes ou que trabalham em um ambiente em que existam fumantes. Então, o que nós pedimos? Em primeiro lugar, em um Sistema de Saúde em que faltam recursos para atender a nossa população, e os senhores estão convidados para irem em qualquer pronto-socorro desta Cidade para conhecer a situação da Saúde no nosso País, e isso que estamos em Curitiba, que é uma Cidade de Primeiro Mundo. Então, os senhores precisam conhecer o Sistema de Saúde.

Quando você quer fazer uma lei em defesa da saúde do povo, temos ainda que discutir. Acho que, na nossa opinião e na opinião da minha entidade, que é a Associação Médica, esse assunto não deveria estar sendo discutido, mas deveríamos estar discutindo aqui recursos para a Saúde e para os menos favorecidos, e não recursos para aqueles que fazem do ato de fumar um suicídio coletivo.

Para terminar, gostaria de mostrar algumas imagens, porque uma imagem vale mais do que 1 mil palavras.

#### **(Passa a mostrar imagens em slides)**

Aqui um paciente internado em um hospital com uma gangrena no pé, já com uma marca para fazer a amputação de perna. Aqui um paciente jovem, que fez uma embolia nas duas pernas e amputou-as - era um

paciente de 20 e poucos anos. Aqui uma outra imagem de um paciente com uma isquemia nos dedos do pé, para amputação. Um outro paciente com gangrena no pé.

Tudo isso que eu mostro para os senhores é causado pelo cigarro. Aqui um pulmão de um não fumante e de um fumante. Paciente com câncer na língua. Paciente recém-nascido da mãe que fumou durante toda a gestação do bebê. Paciente no leito da morte. Este paciente esteve no ambulatório do Hospital Evangélico com problema circulatório, e o paciente prometeu que não fumaria mais, voltou para o seu exame, e o meu filho que é médico lá perguntou para ele: “Você parou de fumar?” “Parei”. “Então você deite para eu te examinar”. Olha aonde está a carteira de cigarro: escondida dentro da meia.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Dr. Jonatas Reichert, representante no Paraná da Associação Médica Brasileira, da Comissão Nacional de Controle ao Tabagismo, da Sociedade Brasileira de Pneumologia.

#### ***Dr. Jonatas Reichert***

##### **O DR. JONATAS REICHERT**

Exmo. Presidente desta Casa, Sr. Nelson Justus e todas as demais autoridades aqui presentes.

Nós da classe médica estamos envolvidos na ciência médica, na pesquisa, ligados às maiores bibliotecas do mundo, à Organização Mundial de Saúde e todas as suas sucursais dos diversos Países, estamos atentos aos melhores trabalhos científicos que atestam sobre os malefícios do tabaco, que já foram aqui muito bem exemplificados.

A partir da década de 60 se avolumaram de forma impressionante o número de trabalhos que atestam esses malefícios. E nós temos uma saída: a prevenção. Mas quando as pessoas já estão doentes - porque a Organização Mundial de Saúde trata o tabagismo como uma doença, existem quatro códigos internacionais de doenças que falam sobre a dependência, os malefícios, as mudanças de comportamento - ficamos estarecidos quando em muitos lugares menos esclarecidos se levantam dúvidas. Aqui, graças a Deus, dentro do espírito democrático, estão sendo expostas todas as questões, o porquê das leis, o porquê do cumprimento, o porquê da prevenção e o porquê da oportunidade do tratamento e cura. Não é esse momento para falar sobre a mudança da cultura na agricultura e os benefícios que se levariam à maior produção de alimento em detrimento à produção do tabaco, e sim evitando o adoecimento desse pessoal todo, em morte e sofrimento para as suas famílias.

Devemos lembrar que a cada ano, no Brasil, morrem 200 mil pessoas; 180 mil deixarão de plantar e elas vão ter outra oportunidade de sobreviver. Mas as famílias que perderam os seus entes queridos a cada ano somam-se 200 mil.

Voltando à questão do direito também do não fumante, que é a questão principal, é a questão da defesa da saúde daquele que é obrigado a enfrentar determinadas situações em lugares, e não têm como se defender da poluição tabagística ambiental. Aí reside toda essa luta, toda a contribuição da classe médica e da população para a defesa da saúde, porque como fumante de segunda mão você estará também adoecendo, você estará também arcando com as consequências das doenças do fumante ativo. E se você imaginar que no seu ambiente de trabalho, de estudo, aonde quer que você se encontre, que esteja sujeito, com frequência, a se expor a essa situação, você terá duas fontes de poluentes: da fumaça do cigarro que sai do pulmão do tabagista, que é corrente primária. Ali o fumante já reteve para si uma série de componentes maléficos, e a fumaça está carregada de um número muito grande de poluentes, mas, pelo estress do dia a dia, o fumante acaba não fumando o cigarro totalmente, deixa no cinzeiro queimando, e essa fumaça é muito mais prejudicial do que a exalada pelo fumante, tem uma concentração três vezes maior de nicotina, de monóxido de carbono. A nicotina vai se desmembrar no organismo em quatro outros grupos de substâncias que são as nitrozaminas que, além de facilitar a dependência, vai ter um alto poder cancerígeno. Todas as substâncias, as 7 mil já isoladas, as 4 mil e 720 já bem estudadas, com seu perfil toxicológico bem definido, todas trazem algum malefício. Divididos de forma geral em três grandes grupos de patologia que são: as respiratórias, cardiocirculatórias e as neoplasias, que representam todos os tipos de cânceres possíveis e que aumenta a incidência de doença, incapacitação física, sofrimento e morte.

Estamos interessados na Saúde Pública. Sabemos que é uma utopia acabarmos com o desaparecimento de todas as doenças. Sabemos que é uma utopia acabarmos com o tabagismo. Não se quer com isso cercear a liberdade do fumante. É uma escolha dele de vida ou de morte. A classe médica e todos que estão ligados a essa área, com bom sendo, estão procurando, sem benefício econômico, sem benefício próprio, contribuir para amenizar a prevalência das doenças, a mortalidade, e contribuir para a boa qualidade de vida.

Quem fizer o contrário, fizer uma oposição a isso, estará defendendo o aspecto econômico, que pode ser mudado para outros fins, estará vendendo doença e morte. Só temos dois caminhos e são opostos. Ninguém pretende ir contra a liberdade de cada um. A liberdade do não-fumante deve ser prevalente.

Sabe-se que a poluição tabagista ambiental é muito severa, é importante. Por mais recursos tecnológicos, não vamos conseguir a eliminação dela de um ambiente fechado. Só tem um jeito: a defesa da saúde através do ambiente 100% sem tabaco.

Comissão de Tabagismo, a Comissão de Tabagismo da Associação Médica Brasileira, que trabalha em conjunto com o Conselho Federal de Medicina. Essa contribuição é baseada na ciência, que é irrefutável no

mundo inteiro e não tem como se contestar. Vamos nos colocar no lugar de uma pessoa dependente. Ninguém está contra o fumante; estamos contra o fumo, o tabagismo. Apenas 100% livre do tabaco será o caminho racional nessa história.

Contamos com o bom senso de todos.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos ouvir o Dr. Marcos Bessa - Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, representando neste ato o Conselho Regional de Medicina.

### ***Dr. Marcos Bessa***

O DR. MARCOS BESSA

Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa; senhoras e senhores.

Venho aqui falar em nome do Conselho Regional de Medicina e da Sociedade Paranaense de Psiquiatria. Falarei a partir de duas vertentes: a questão ética e a questão científica. São estes dois pontos de vista que balizam os meus argumentos sobre a lei de restrição ao fumo em ambientes fechados, que vai ser aprovada.

O ponto que temos como divergência é a permissão ou não de fumódromos em ambientes fechados, especialmente em bares e restaurantes. O nosso argumento é puramente técnico, puramente científico. Não existe nenhum estudo científico na literatura internacional que mostre que qualquer tipo de aparelho, de filtro, consiga tornar o ambiente livre dos malefícios do cigarro. Então, não existe essa possibilidade. Para termos ideia, os estudos mostram que uma pessoa que fique um período em ambiente com a fumaça do tabaco, fuma o equivalente a cinco cigarros.

Se pensarmos num trabalhador de bar e restaurante, que permanece pelo menos seis noites por semana trabalhando nesse ambiente, ele fumará o equivalente a seis carteiras de cigarro por mês, o que dá um total de 72 carteiras de cigarro por ano, que é uma quantidade muito forte, muito significativa de fumaça e dos malefícios que a fumaça traz ao organismo desse trabalhador. Então, do ponto de vista técnico, não existe nenhum argumento que sustente a posição de qualquer Deputado aqui que defenda a instalação ou a permanência de fumódromos nesses ambientes. O que existe são interesses puramente comerciais, que não tem nada a ver com a saúde da população.

Entendemos que a população está tão esclarecida, tão bem informada a respeito dos malefícios do cigarro, que todas as pesquisas mostram que em torno de 85% das pessoas são a favor das leis restritivas ao tabaco, inclusive os próprios fumantes.

Então, Srs. Deputados, teremos no ano que vem uma nova eleição, e é bom pensarem que a população estará atenta àqueles Deputados que votarão a favor da saúde da população e a favor dos interesses da população.

Hoje em dia, com internet, com os meios de difusão da informação, podem ter certeza que as entidades médicas, as entidades que lutam a favor da Saúde Pública no Brasil, farão questão de divulgar aqueles Deputados que estão ao nosso lado, ao lado da saúde da população, e aqueles que estão em uma posição de 40, 50 anos atrás, quando se imaginava que o tabaco não provocava nenhum mal.

Srs. Deputados, a nossa posição é essa, porque não existe nenhum argumento do ponto de vista científico, ou do ponto de vista ético, que sustente a ideia de se ter fumódromo em qualquer ambiente reservado, porque a fumaça não é filtrada, a fumaça não é eliminada de um ambiente. Não somente aqueles que estão trabalhando, mas aqueles que são frequentadores eventuais dos ambientes estão expostos a essa fumaça. Além disso, a restrição e a falta do fumódromo, também é um benefício aos próprios tabagistas, uma vez que eles vão fumar menos nos ambientes.

A ideia de que vai prejudicar os bares e restaurantes não se sustenta. Ninguém deixou de viajar de avião ou de ônibus quando foi proibido fumar dentro dos aviões e dos ônibus. Então, esse é um argumento irrisório. Não é verdade. Quanto à agricultura, aqueles que trabalham com o tabaco podem ser redirecionados a partir de programas do Governo Federal, do Governo Estadual. O Governo pode direcionar essa produção a outras formas mais saudáveis, inclusive aos próprios trabalhadores da agricultura.

Sendo assim, em nome do Conselho Regional de Medicina, da Sociedade Paranaense de Psiquiatria e das entidades médicas em geral, gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados que votem a favor da saúde, votem a favor dos interesses da população e votem em consonância com a opinião pública. Peço que deixem para trás aquelas ideias e aquelas informações equivocadas e ultrapassadas pelo conhecimento científico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, neste instante, a Dra. Adriana Carvalho, advogada da Aliança de Controle do Tabagismo.

## ***Dra. Adriana Carvalho***

A DRA. ADRIANA CARVALHO

Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde a todos e a todas, Deputados e autoridades presentes.

Hoje estamos comemorando, o Governador do Rio de Janeiro sancionou a lei que proíbe o fumo em lugares fechados. Então, a lei vai começar a valer daqui a 90 dias. São Paulo é o segundo Estado brasileiro a aprovar a lei que cria ambientes livres do tabaco. Então, o Paraná tem todas as chances de se tornar o terceiro Estado criando ambientes livres do tabaco.

A ACT - Aliança de Controle do Tabagismo, é uma Organização Não Governamental que trabalha para contribuir na implementação de políticas públicas no controle do tabagismo. Então, trabalhamos na parte da propaganda do tabaco, para banir o preço, o imposto, e de ambientes livres do tabaco.

Sou advogada e gostaria de começar falando um pouquinho da lei federal. O Brasil já tem uma lei federal que dispõe proibindo o fumo em lugares fechados e abre exceção para o fumódromo. Essa lei é de 1996 e nunca foi cumprida. O que se quer hoje é fazer valer essa lei federal. Tivemos aí 13 anos para a lei ser cumprida, nunca foi e agora se quer isso.

Então, se esta Casa for votar um projeto de lei que crie fumódromos, não é necessário tanto dispêndio de tempo e de custo, o dispêndio financeiro, porque já temos a lei federal. Então, que se vote o projeto de lei da forma que não se crie o fumódromo, para realmente o Estado dar um passo na defesa da saúde das pessoas.

Na questão formal queria salientar que o projeto de lei é constitucional, sim, porque a Constituição Federal garante o direito à saúde das pessoas. Na medida em que o Brasil assinou, ratificou, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que é o primeiro tratado internacional de Saúde Pública, juntamente com 165 Países que já ratificaram esse tratado, que dispõe que as pessoas devem ser protegidas contra a exposição ao fumo passivo e o fumo deve ser banido de lugares fechados. A lei federal cria o fumódromo. Então, temos aí, digamos, uma convivência de leis.

Portanto, leis estaduais e municipais que vêm para ampliar a proteção à saúde, portanto, atender as recomendações da Convenção-Quadro, elas são, sim, constitucionais. E na medida em que a União, os Estados e os Municípios têm competência para legislar em matérias de saúde, se o Estado ou o Município vêm ampliar esse direito à saúde, ou seja, acabar com o fumódromo, por certo que os Estados e os Municípios têm competência para legislar sobre esse assunto.

No que se refere ao fumódromo, vou salientar um pouquinho por quê não o fumódromo. O fumódromo é nada mais do que uma salinha, num lugar fechado, ali, separa para os fumantes, com ou sem prestação de serviço, aí depende da legislação em vigor. O fumódromo está ultrapassado, existe o consenso científico de que o fumo em ambientes fechados causa mal à saúde das pessoas, fumantes e não-fumantes. Isso, acho que já foi colocado. A questão da ventilação, deixar a janela aberta ou pôr um exaustor, ou pôr um maquinário, ou um sistema muito moderno, isso não resolve, consenso de órgãos de referência em ventilação. E mesmo que existisse esse sistema: quando ele custaria? E quem poderia pagar?

Então, essas são perguntas que ficam, até para mostrar que a ideia do fumódromo mais essa ideia da ventilação vai prejudicar a concorrência daqueles que estão no setor da hospitalidade, porque só os grandes é que vão conseguir pagar, custear esse maquinário, essa geringonça, na verdade.

O fumo passivo é a terceira causa de morte evitável. Então, não estamos discutindo aqui nenhum assunto que não deva ser considerado prioridade em termos de política pública. São sete pessoas que morrem por dia, no Brasil, por estarem expostas ao fumo passivo. E esse

dado do INCA, de 2008 com certeza é maior, porque só considerou as pessoas que estão expostas ao fumo passivo em suas residências, não considerou os trabalhadores. Na área comercial são os trabalhadores de bares, restaurantes, que são os mais expostos mesmo, porque são os lugares onde mais se fuma.

E termos mundiais, dados da Organização Internacional do Trabalho, 200 mil trabalhadores morrem por ano por conta dessa exposição ao fumo passivo. Como se vê a exposição ao fumo passivo, é uma questão de Saúde Pública e ocupacional.

Vou dar alguns exemplos onde já baniram o fumo de lugares fechados: Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Escócia, País de Gales, França, Califórnia, Nova Iorque, Canadá, Itália, Noruega e na América do Sul, o Uruguai. No Brasil, as Cidades do Recife e João Pessoa já são livres do fumo há mais de um ano. A legislação é respeitada e cumprida. Inclusive, não se identificou perda de faturamento, de clientes e diminuição da frequência das pessoas nesses lugares, assim como a experiência internacional mostra também. Então, não é uma medida que mostra prejuízos para o setor da hospitalidade.

O que vimos em São Paulo, hoje, em duas semanas da lei em vigor, é que a frequência das pessoas se manteve a mesma. No mundo inteiro, ou a frequência se mantém - o faturamento dos bares e restaurantes se mantém - ou melhora, nunca piora por conta de legislações anti-fumo.

A medida não fere o direito de fumar, não há proibição ao fumo. Nenhum direito é absoluto. Tenho direito de fumar, mas não de prejudicar o direito do outro. Todos temos o direito à saúde. O meu direito de respirar um ar limpo antecede o direito da pessoa poluir o ambiente. Ambientes livres do tabaco não visam acabar com o fumo e obrigar as pessoas a parar de fumar. A redução no consumo é um benefício indireto. Ambientes livres do tabaco têm uma outra vantagem, acaba sendo um benefício indireto, que é a de inibir a iniciação do jovem. Sabemos que 90% das pessoas começam a fumar antes dos 18 anos. Em ambientes que os jovens frequentam, que sejam livres de fumo, com certeza irão contribuir para reduzir a iniciação ao consumo. A única que perde com a implementação de ambientes livres do tabaco é a indústria do fumo, do tabaco, e não o fumicultor, que pode ver as suas vendas caírem. Por isso ela é oposição, se manifesta em terceiros, como as associações de bares, sindicatos, em diversos lugares do mundo.

Em São Paulo, as associações que manifestaram oposição à lei - muitas delas estiveram aqui ontem - receberam, sim, dinheiro da indústria do tabaco. Como se pode ver no próprio relatório social da Souza Cruz, de 2007, que consta um rol extensivo, onde mais de R\$ 12 milhões foram doados nesse projeto "social" da Souza Cruz. É claro que a indústria do tabaco não tem legitimidade perante a opinião pública para se manifestar contrária a esse tipo de legislação.

Deixar a opção para o dono do estabelecimento criar ou não ambientes livres do tabaco, não é uma medida que respeite a legislação trabalhista. O empregador tem o dever de zelar, cuidar da saúde de seus trabalhadores enquanto na jornada de trabalho. Se deixarmos isso como uma faculdade para ele, estaremos violando a legislação trabalhista.

Emendas que venham com horário para fumante - aconteceu em São Paulo, até às 10h da noite, não fumante, após esse horário é para fumante. Ou aquela ideia de bares só para fumantes e bares para não fumantes. Isso não resolve e continuamos ignorando a questão do trabalhador, que fica exposto à poluição tabagista ambiental. Não tem nada a ver o fato dele ser ou não fumante. Porque enquanto ele está trabalhando, o empregador tem que zelar pela sua saúde durante a sua jornada de trabalho.

Quanto à fumicultura, salientar que essa lei não vai acabar com a fumicultura. Esse temor foi levantado à época em que o Brasil ratificou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, no Congresso Nacional, em 2005. A indústria do tabaco levou vários fumicultores para Brasília. Eles também foram prejudicados por conta da Gripe Suína. O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo há muitos anos. Hoje são exportados 85%, e desse total não incide nenhuma tributação, ou seja, a indústria do tabaco não paga nenhum dinheiro para o Governo brasileiro.

Eu só queria encerrar, falar que o tabaco é um produto lícito, sim, mas não estamos falando de um produto qualquer, não estamos falando de suco de laranja. Estamos falando de um produto que mata metade de seus consumidores regulares.

Deve ser regulamentado, sim, da mesma forma que se regula o ato de dirigir. Eu posso dirigir, mas não posso dirigir na calçada.

O Dr. Drauzio Varela foi muito bom na Audiência Pública em São Paulo, ao dizer que eu posso fazer xixi, mas não posso fazer xixi na caixa d'água. Então, da mesma forma eu posso fumar, mas não posso fumar em lugares fechados.

Obrigada. Desculpem que passei um pouco do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Representando a Sociedade Paranaense de Pediatria, o Dr. Saulo Carvalho Filho.

### ***Dr. Saulo Carvalho Filho***

O DR. SAULO CARVALHO FILHO

Boa-tarde a todos, Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis.

Como representante aqui da Sociedade Paranaense de Pediatria, tenho algumas considerações a fazer, lembrando que basicamente o tabagismo é uma doença pediátrica.

E as pessoas sempre me perguntam: “Mas como que é um doença pediátrica?” É doença pediátrica porque 90% das pessoas começam a fumar antes dos 19 anos de idade, que é uma faixa etária que realmente somos nós os pediatras que atendemos. Atendemos crianças e atendemos adolescentes.

Existem várias doenças relacionadas ao tabagismo, que as crianças adquirem ou que elas têm alguma doença que piora, desde que algum indivíduo na sua residência seja tabagista.

Temos uma doença pouco conhecida que é Síndrome da Morte Súbita Infantil, que as crianças morrem subitamente nos primeiros meses de idade, e hoje sabe-se muito bem que esta doença é extremamente relacionada ao tabagismo materno e paterno principalmente se a mãe for tabagista durante a gestação, e se nesta residência o pai ou a mãe forem tabagistas, essa criança tem uma chance, não é muito grande mas tem a chance de apresentar esse tipo de síndrome e acabar morrendo subitamente.

Existem várias outras doenças relacionadas: bronquites, traqueobronquites, exacerbação de asma, otite média e aguda, sinusite, são relacionadas também em crianças com o tabagismo de seus pais ou das pessoas que fumam próximo.

Com relação então, gosto sempre de números estatísticos, estava até lendo na revista distribuída anteriormente, todos sabem aqui que no Brasil morrem 200 mil pessoas por ano em decorrência das doenças relacionadas ao tabaco. Isso significam 23 mortes por hora. Então, em cinco horas temos um número expressivo de pessoas que morrem muito mais do que nesses dois meses de epidemia da Gripe A, no Paraná, morreram.

Temos estatísticas de hoje que mais de 107, 110 pessoas morreram no Paraná. Em cinco horas temos no Brasil um número muito maior de pessoas que morrem em decorrência do tabagismo.

Então, temos que pensar preventivamente. Uma das coisas que mais funciona em medicina é a medicina preventiva. Então, temos que atuar precocemente, para que as crianças e adolescentes não se tornem tabagistas e que não venham a ter futuramente os problemas relacionados com estas doenças.

Então, estamos aqui para defender ambiente livre de tabaco, especificamente com relação ao que já foi falado hoje. Então, por exemplo, os fumódromos, vamos ter fumódromos em restaurantes. Todos que frequentamos no final de semana algum restaurante, é extremamente triste ver famílias com crianças, com pessoas de idade e pessoas ao seu redor fumando e contaminando todo aquele ambiente ali, predispondo essas pessoas que fumam involuntariamente.

Um trabalho americano, feito na Flórida, entre 1990 e o ano de 2000, mostrou que 70% dos jovens, adolescentes, que têm algum familiar que fuma na sua casa, tem uma grande chance de ser tabagista no fumo.

Então, temos que começar a restringir nesses ambientes públicos o tabagismo e isso, com certeza, no futuro, será de grande avanço na medicina preventiva. Esses aspectos são importantes na prevenção de várias doenças pediátricas. Por outro lado, devemos lembrar que as crianças, principalmente, são involuntariamente, compulsoriamente, tabagistas passivos e a lei veio para proteger todos esses malefícios.

Com relação aos fumódromos, a lei federal de 1992, 1994 e 1996 permite isso, está nessa lei e durante todo esse período aí, mais de 15 anos, mostrou que ela é extremamente ineficaz, e como a Dra. Adriana falou, não adianta esta Assembleia ficar perdendo tempo e discutindo uma coisa que já mostrou, nestes 15 anos, que não funciona.

Então, somos todos contra principalmente os fumódromos. Estamos aqui para defender um ambiente extremamente livre do tabaco.

Era isso que eu tinha para falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, Presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo, Dr. Jaime Zlotnik.

## ***Dr. Jaime Zlotnik***

O DR. JAIME ZLOTNIK

Boa-tarde, Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados.

Coube a mim falar algumas palavras sobre o histórico do Movimento Antitabagista no Paraná. É interessante conhecer o histórico, porque podemos valorizar melhor o que pode esta Casa fazer em benefício da Saúde.

O Movimento Antitabagista no Paraná começou há cerca de 30 anos, numa época em que a propaganda a favor do consumo de cigarros era massificante, televisão, rádio, revistas, outdoors, tudo ligado ao charme, ao glamour, o que é belo na vida estava ligado ao consumo de cigarro. Essa situação era uma avalanche e nós, no Paraná, nada tínhamos feito, apenas tinha uma lei municipal, conseguida por nosso movimento ainda embrionário na década de 60, que proibia fumar em ônibus municipais em Curitiba. Então, não havia lei estadual e não havia lei federal.

O que nós resolvemos? Um grupo de professores, entre os quais me incluo, lá do Hospital de Clínicas, resolvemos iniciar o Movimento Antitabagista, porque já era tempo. Em São Paulo e Rio Grande do Sul já havia começado esse movimento. Então nos reunimos e eu tive a incumbência de levar ao Secretário da Saúde, na época era o Governo Ney Braga, o Secretário da Saúde era Oscar Alves, levar ao Secretário a ideia de fazer um Movimento Antitabagista no Paraná.

É digno notar que outros Secretários anteriores não se animavam com a ideia, porque era quase como um tabu falar contra o fumo.



Então o Secretário da Saúde mandou que fizéssemos um programa e disso resultou um movimento muito interessante: na época foi um movimento realmente político, porque era um Governo militar e fizemos um movimento político para a Saúde e falamos em greve do fumo.

A palavra greve no Governo militar era uma palavra muito nervosa, pode-se imaginar, e fizemos um movimento com 5 mil estudantes na rua, fizemos um abaixo-assinado com mais de 180 mil assinaturas. Foram conseguidas em pouco tempo, para que o Presidente, na ocasião, o último dos militares, se animasse a elaborar leis antitabagistas.

O que resultou desse movimento no Paraná foi que a mídia nacional tomou conhecimento, televisão, jornais, o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e disso resultou um projeto na Câmara, transformando o nosso dia que foi 29 de agosto, escolhido aleatoriamente para fazer uma meia maratona, e esse movimento dos estudantes nas ruas com abaixo-assinado, tornou-se o Dia do Paraná Sem Fumo, 29 de agosto. E na Câmara esse projeto ficou em latência, até que em 1986, já representando o Paraná no Comitê Nacional, fomos convidados a ir a Brasília para assistir o Presidente sancionar essa lei, que foi a primeira lei antitabagismo como lei federal. É uma lei de caráter educativo e diz assim: *Será considerado Dia Nacional de Combate ao Fumo o dia 29 de agosto*.

Vejam os senhores que isso é uma homenagem direta ao Paraná. Esse movimento foi interessante também porque não é só uma homenagem ao Paraná. Esse movimento desencadeou uma sequência que incluiu a Assembleia Legislativa do Paraná, esta Casa de tanta tradição. Na ocasião presidia a Assembleia o Deputado Fabiano Braga Cortes, ele foi meu companheiro no serviço militar quando servimos o Exército, e ele muito extrovertidamente me ligou parabenizando pelo nosso movimento, dizendo assim: “O que eu posso fazer na Assembleia para que seja feita alguma coisa em benefício da população?” Eu disse: quero que seja sancionada uma lei que proíba fumar na rede estadual de ensino e nos ônibus intermunicipais. Ele disse: “Muito bem, deixa comigo”. Um tempo depois ele me ligou e disse: “Olha, passou a lei, quase que por unanimidade, e ela foi para sanção do Governador”.

O Governador, na época, era o Ney Braga e ele, muito sabiamente, talvez na época, o Estado tinha alguma sociedade com a Philip Morris, por ter dado incentivo fiscal, então o Governador Ney Braga disse: “Bom, eu não posso sancionar esta lei, porque o Estado é sócio da Philip Morris, mas eu também não vou vetar”. Aí esta lei voltou para esta Casa, que sancionou a lei que vigora até hoje. É a Lei nº 002/80.

Então, vejam os Srs. Deputados que esta Casa tem tradição também na história do tabagismo no Paraná. E contamos com a visão política de saúde dos Srs. Deputados, porque devem considerar que não estamos fanatizando, não somos discriminatórios, não estamos discriminando fumantes, apenas seguimos aquilo que a

Organização Mundial de Saúde preconiza. E é endossada essa indicação pelo Ministério da Saúde, com seu INCA - Instituto Nacional do Câncer. E vejam os senhores, todas as entidades médicas apoiam esta restrição que estamos exigindo que seja votado nesse projeto.

A Associação Médica do Paraná, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Regional de Medicina e o Conselho Federal de Medicina, todas as sociedades médicas, de pediatria, de cardiologia, de otorrinolaringologia, de ginecologia e obstetrícia, enfim todas são unânimes em apoiar esse projeto. Agora o que é esse projeto? Não inventamos nada, estamos seguindo o que preconiza a Organização Mundial de Saúde. Fumódromo não funciona. Tecnicamente comprovado e tecnologicamente impossível fazer um fumódromo perfeito. Quer dizer a poluição tabágica, ela penetra e vai prejudicar aqueles que não fumam. Então a nossa meta com esse movimento é proteger o fumante passivo.

Srs. Deputados, cabe aos senhores essa decisão, é uma hora importante para a saúde no Paraná considerar que esta questão do fumódromo é da maior importância. Isto não funciona. Não há a menor dúvida de que se não for votada esta lei continua como está, porque a Lei Federal nº 9294/96 já diz isso.

Então, qual é o diferencial? O âmago da questão, o cerne da questão nesse projeto é o fumódromo. Se passar essa lei com fumódromo, não precisa nem ser votado, porque a lei federal já diz isso.

Essa é a responsabilidade dos senhores. Nós médicos, demos o nosso recado. Cabe agora aos senhores legisladores exercerem a sua função, no sentido de proteger a saúde da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Diretor do Departamento de Cardiologia Preventiva da Sociedade Paranaense de Cardiologia, Dr. André Ribeiro Langowski.

**Dr. André Ribeiro Langowski**

O SR. ANDRÉ RIBEIRO LANGOWISKI

Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados e demais autoridades aqui presentes.

Em nome da Sociedade Paranaense de Cardiologia, gostaria de agradecer este momento que estamos aqui, de podermos colocar algumas questões em relação ao tabagismo. Vou me permitir aqui não falar sobre os malefícios do tabaco, já que eles foram extensamente explanados aqui, e todos os senhores têm a verdadeira noção do que representa o tabagismo para a saúde de qualquer indivíduo. Gostaria de colocar algumas questões do tabaco em relação ao mundo, em relação ao Brasil.

Primeiro, temos em torno de 1 bilhão de pessoas nicotino-dependentes no mundo. São 1.3 bilhões, mais ou menos, de fumantes, e cerca de 2 bilhões de fumantes passivos. Ou seja, se considerarmos que temos um pouco

mais de 6 bilhões de pessoas no planeta, metade desta população está exposta aos malefícios do cigarro, seja como fumantes ativos ou passivos.

O glamour do tabagismo e a iniciação ao tabaco começa muito na juventude, principalmente junto a grupos de jovens e adolescentes quando se sai à noite.

O Brasil é o maior exportador de tabaco no mundo e o segundo maior produtor. O que temos também é uma grande dificuldade, é que o cigarro brasileiro é um dos mais baratos do mundo. É o sexto mais barato do mundo.

Sabemos hoje, que em torno de qualquer atitude para reduzir o tabagismo, passa por métodos que estão baseados na Saúde Pública, desde o controle de impostos até o tratamento do fumante na rede pública. Isso é fundamental.

Um ponto importante que gostaria de colocar para os senhores é que o Brasil é um modelo em termos de política nacional de controle do tabagismo. Então, tivemos uma quebra de 42% no consumo de cigarro, desde 1980 até 2003. Nenhum País no mundo reduziu tanto o consumo de cigarro como o Brasil, graças às políticas de Saúde Pública que foram implementadas esses anos, desde 1980.

Então, o Brasil vem, em muitas ações, na vanguarda do controle do tabagismo. Essa lei que proíbe o tabagismo em ambientes fechados e impede a criação de fumódromos. Não estamos na vanguarda, como já foi dito aqui. Temos já alguns Países, algumas Cidades, várias Cidades no mundo que impedem o consumo de tabaco em ambientes fechados. Mas mais uma vez temos que aprovar essa lei por conta disso.

Cito isso com relação a outros Países do mundo, porque sempre tenta se comparar a questão do consumo de tabaco aqui no Brasil com outros Países da Europa. Um dado importante é que nesses 20 e poucos anos, enquanto o Japão reduziu a incidência de tabagismo em 0,8% ao ano, por exemplo, os Estados Unidos em 0,7%, o Brasil chegou a diminuir a incidência de tabaco até 2,5% ao ano por conta dessas políticas.

Então, a questão de nós implementarmos mais essa ação é fundamental.

Gostaria de falar que o tabagismo, cada vez mais, está em voga a questão do tabagismo passivo, onde as pessoas estão expostas, não só à fumaça do cigarro, mas também às partículas que são emitidas nessa fase que é produzida pela fumaça do cigarro, que é chamada de fase particulada. Essas partículas ficam no ambiente.

Daí a questão que muitas vezes se preocupam com a fumaça do cigarro, mas quando um indivíduo fuma, essa fumaça contém partículas que vão depositando nas cadeiras, nas mesas, nos bancos. Essas partículas são extremamente cancerígenas.

Então, devemos aqui discutir a questão de impedir a criação desses fumódromos. Impedindo a criação desses fumódromos, primeiro de tudo, eles não violam o direito do fumante. O fumante tem todo o direito de fumar em qualquer ambiente que seja aberto. Impedir a

criação de fumódromos e deixar os ambientes livres de tabaco é fundamentalmente uma estratégia de Saúde Pública. Nós médicos e os Srs. Deputados devemos preservar fundamentalmente e pesar todas as ações em relação à Saúde Pública. É por isso que devemos nos pautar.

Impedindo a criação de fumódromos e tornando os ambientes livres de tabaco, reduzimos o consumo de tabaco e reduzimos então a incidência de tabagismo. De forma que a questão de manter ambientes livres de tabaco tem dois grandes pontos fundamentais: o primeiro é reduzir o consumo de tabaco em qualquer desses ambientes, tornar o ar mais puro e, também, impedir que os jovens se iniciem no tabagismo. Porque o jovem se inicia no tabagismo quando ele sai, quando ele faz parte de grupos, em que seus amigos, aquelas pessoas que ele toma como modelos, estão fumando.

Então com isso, em nome da Sociedade Paranaense de Cardiologia, colocar aqui a posição que essa lei tornando os ambientes fechados, os ambientes livres de tabaco e impedindo a criação dos fumódromos, estamos mais uma vez pensando na Saúde Pública. Porque vamos reduzir o consumo de tabaco e estamos pensando nos filhos de todos os paranaenses que saem à noite e que, ao frequentarem um local desses, uma casa noturna, não vão ter o exemplo de tabagistas dentro daquele ambiente e com isso vai reduzir a iniciação ao tabaco desses jovens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Dr. Elver de Andrade Moronte, médico do Ministério Público do Trabalho.

## ***Dr. Elver de Andrade Moronte***

O DR. ELVER ANDRADE MORONTE

Boa-tarde a todos. Estou muito satisfeito de estar aqui hoje, acho que é uma questão para nós, médicos, muitos relevante. Para quem mexe com saúde e trabalho, mais relevantes ainda.

Sou médico do trabalho do Ministério Público do Trabalho e temos o contato direto com os trabalhadores, com as questões mais importantes. Essa é uma questão crucial, uma questão primordial e não podemos fugir dessa discussão.

Vou me deter aqui só então à questão - muito já foi falado sobre o assunto - da questão do trabalho e saúde.

Gostaria de deixar uma mensagem. Primeiramente nos nossos estudos técnicos não existe um nível de segurança à exposição da fumaça do tabaco.

Isso é muito importante!

Qualquer decisão com relação ao ambiente, deve existir uma possibilidade de respirar a fumaça do tabaco e existe a possibilidade de adoecimento.

A fumaça é constituída de gases, partículas e odor. Temos visto os ambientes onde existiam os fumódromos, que existe uma ventilação e uma filtração são completamente ineficazes.

Por isso o nosso entendimento de que somente num ambiente 100% livre do tabaco é possível existir saúde e proteger o trabalhador.

Da Organização Mundial do Trabalho mais recente, temos uma estimativa de 200 mil trabalhadores que morrem, entram em óbito, por ano, relacionados ao tabagismo passivo.

Seria muito interessante para nós, do Paraná, que começássemos à reverter essa estatística tão cruel.

A mensagem que gostaria de passar é essa. Muito já foi dito que se pense também nos nossos trabalhadores. Nós que temos o contato direto com os trabalhadores, vemos que é impossível o trabalhador resolver isso sozinho. É preciso da ajuda da comunidade, da sociedade, da legislação.

Gostaria que fosse objeto de reflexão, porque é o caminho que acreditamos ser o melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Procuradora do Ministério do Trabalho, Dra. Margarete Matos com a palavra.

## ***Dra. Margarete Matos***

A DRA. MARGARETE MATOS

Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, médicos aqui presentes.

Precisamos ter como principal resposta para essa discussão a Convenção-Quadro, que como já disse é o primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública que foi ratificado pelo Brasil.

Não é verdade que os inúmeros projetos de ambientes livres de tabaco que hoje tramitam no Brasil sejam resultado de modismo. Não é um modismo, como também não é um modismo que está acontecendo aqui no Paraná. Não se copiou de São Paulo uma ideia, o Brasil ratificou um tratado e por isso é obrigado a estabelecer esses ambientes livres do tabaco. E os senhores, enquanto legisladores, têm que atentar para o que dispõe essa Convenção-Quadro, que luta para proteger não apenas a saúde de quem fuma, porque tem sim a previsão de reduzir o consumo, vamos reduzir a produção, para reduzir a demanda também de quem não fuma, aqueles que nós chamamos de fumantes passivos.

Esse tratado que nós chamamos de Saúde Pública, equivale a um tratado de direitos humanos e portanto, equivale a uma norma constitucional. Uma lei estadual que venha dispor no sentido de permitir fumódromo está vetada por esse tratado, é inconstitucional, porque a Convenção-Quadro não permite. Estamos falando aqui de uma norma estadual, que pode vir a ser julgada inconstitucional.

Ontem, se falou muito dos fumicultores, essa é uma estratégia da indústria. Não só trazer a Associação de Bares, Restaurantes e Hotéis, que têm a sua opinião manipulada, equivocadamente, no sentido que vai reduzir o faturamento, reduzir o número de clientes, como também vai reduzir o que os fumicultores ganhariam.

Primeiro porque já está aprovado no nosso Estado que não houve redução de faturamento pelos bares e pelos restaurantes. Não houve redução de faturamento, nem no número de clientes.

Mesmo se houvesse, estamos falando do quê? De interesse econômico, que não pode prevalecer em relação à Saúde Pública. Este é um argumento que não se aplica, neste caso. Então, vamos deixar de aprovar um lugar 100% livre de tabaco porque vai diminuir o faturamento das casas noturnas, dos bares, dos restaurantes? Vamos usar um argumento econômico.

Em relação aos fumicultores, do mesmo modo, o que existe no Paraná são 33 mil famílias exploradas pelas indústrias do tabaco, submetidas à regime de quase escravidão, onde toda a família tem sua força de trabalho expropriada, sua propriedade colocada a serviço desta indústria, com grande utilização de agrotóxicos. Vejam, em propriedades em regime de economia familiar, onde é o domicílio dessas famílias, por lei, não se poderia sequer utilizar agrotóxicos. E isto vem sendo utilizado em larga escala, inclusive com venda casada, porque quem vende o veneno para essas famílias são as próprias indústrias.

Então, sob qualquer ângulo que analisamos os esta discussão, só temos aqui dois interesses: o da Saúde Pública, que é de todos nós, de todos vocês, que inclusive têm a obrigação de velar pela Saúde Pública; e o interesse da indústria do tabaco.

Vamos reafirmar aqui, que no dia 28 de agosto estaremos fazendo uma mobilização em favor da Saúde Pública, para o controle do tabagismo, e pretendemos divulgar o nome dos Deputados que forem favoráveis à lei, sem o fumódromo. Não vamos fazer uma propaganda negativa, dizendo: “Estes aqui apoiaram o fumódromo, eles que sejam banidos”. Não. Vamos favorecer, beneficiar, enaltecer, exaltar, enobrecer aqueles que estão realmente comprometidos com a Saúde Pública.

O tabaco mata quem consome. Isto todos nós já sabemos. Agora, sabemos que mata também quem não fuma, o fumante passivo, os empregados, os trabalhadores. Nenhum fumódromo vai existir sem que alguém tenha que, no mínimo, entrar para limpar. E quem limpa é empregado, que vai morrer porque está indo limpar a sujeira que o outro fez. E mata quem produz. Estamos falando disso: de morte ou vida. Vocês escolhem de que lado vocês estão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao último orador inscrito, Dr. João Alberto Lopes Rodrigues, médico sanitário da Secretaria Municipal da Saúde.

## ***Dr. João Alberto Lopes Rodrigues***

O DR. JOÃO ALBERTO LOPES RODRIGUES

Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente desta Casa; Sras. e Srs. Deputados aqui presentes.

A questão está colocada: ou o Paraná avança, ou vai ficar no atraso. Dois Estados da Federação já deram exemplo. Só existem duas questões para serem discutidas: aqueles que são favoráveis à implantação de ambientes em recintos coletivos fechados, 100% livres da poluição ambiental, ou aqueles que são favoráveis a que não se flexibilize a lei. Flexibilizar a lei é discutir sobre a mesmice, pois já há legislação suficiente que trata de área para fumantes. Seria improdutivo e até incoerente criar mais uma.

Há duas semanas a Câmara Municipal de Curitiba, por maioria absoluta dos Vereadores, aprovaram a restrição absoluta nos recintos coletivos de Curitiba.

Nobres Deputadas e Deputados, quero falar das liberdades e garantias individuais. Ninguém é proibido de fumar. Assim como ninguém é proibido de beber. Só o fato de que o álcool não é uma droga lícita, não confere a ninguém pegar um carro, após beber, e cometer atrocidades no trânsito. Assim deve ser com o fumante. O ato de fumar continuará sendo um direito individual. Assim deve ser exercido: individualmente. Socializar os riscos, além de ilegal, é antiético.

Gostaria também de falar das falsas garantias que as áreas exclusivas para fumantes podem conferir. Não há níveis seguros de exposição à fumaça ambiental do tabaco. Quero dar dois exemplos de paradigmas da Saúde Pública. Eu sou médico sanitário. Diante de um risco, devemos fazer tudo o que for possível para erradicá-lo. Temos o exemplo, na ciência, de êxito nesta questão que foi a erradicação da varíola. Não podendo erradicar o risco, temos que eliminá-lo a taxas seguras e que sejam aceitáveis para a população. Não conseguindo eliminar o risco, temos o dever de reduzir o dano.

Portanto, ao criar as áreas para fumantes, estaremos penalizando os fumantes, porque estaríamos aumentando o risco desses fumantes. Colocar os fumantes nas verdadeiras câmaras de gás tóxico significa punir justamente aquele que foi vítima, lá na infância e juventude, da indústria do tabaco. É isso que os senhores estão definindo: criar as verdadeiras câmaras de gás.

Pois bem, Srs. Parlamentares, a instituição do fumódromo, verdadeira câmara de gás tóxico além de na prática não conferir a esses espaços a finalidade exclusiva do ato de fumar, impossibilitando inclusive a atuação da Vigilância Sanitária, o que é extremamente grave, sinalizam ainda para o fumante que aquele local em que ele pode estar consumindo o cigarro, ele vai ser prejudicado. Onde está a proteção ao fumante aqui, em nome do livre arbítrio e das garantias e liberdades individuais?

Gostaria de falar no segundo princípio da Saúde pública, que são as medidas universais. Somente elas trazem garantias para a população, e nesse caso para fumante e não fumantes. São elas que garantem os benefícios e melhorias na qualidade de vida. É como levar água tratada para toda a população, e um outro exemplo é como as coberturas vacinais, acima de 90%. Vejam o custo-efetividade dessas medidas. Qual é o custo dessas medidas e qual é o enorme benefício dessas medidas? Reflitam, Srs. Deputados! Quero externar veementemente o meu respeito e a minha defesa aos fumantes.

Para finalizar, trago duas preocupações para reflexão. Gostaria que o Deputado Stephanes Júnior se preocupasse com o que vou dizer agora aqui. Lembre-se do perigo que a juventude terá com a instituição do fumódromo. Em uma danceteria, por exemplo, interesses puramente comerciais tornarão as áreas de fumantes tão glamorosas, cheias de neons, luzes e toda a parafernália que possa seduzir o jovem que não fuma, que logicamente adentrará nesses ambientes. E a outra preocupação extremamente importante de Saúde Pública, que se ao jovem é sinalizado que pode queimar o tabaco, por que não queimar a maconha? E vocês estarão fazendo com que nessas áreas, além de uma droga legal, vocês estão fazendo apologia de uma droga ilícita.

Muito obrigado.

### ***Interpeladores:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra neste instante ao Deputado Ney Leprevost. Lembro os Srs. Deputados que terão 10 minutos e que poderão também inquirir os palestrantes.

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, como o Deputado Stephanes Júnior tem uma viagem a Rio Azul, vou permitir que ele fale na minha frente e fico inscrito em segundo lugar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, fala o Deputado Stephanes e posteriormente fala o Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Stephanes Júnior***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza.

Queria primeiro parabenizar a Associação Médica e todos que estiveram aqui, porque defendendo esse projeto. Acredito, quando apresentei esse projeto por primeiro, estar restringindo o fumo o melhor possível. Agora, lamento as palavras do João Alberto Lopes Rodrigues, que cita o meu nome e fala em mercantilização, em querer prejudicar o futuro das pessoas. Pelo amor de Deus, defenda a sua ideia e respeite a dos outros! É um dos princípios da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

## ***Deputado Ney Leprevost***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de cumprimentar o Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica do Paraná por um outro tema também muito importante, que foi debatido nesta Casa na semana passada, que foi a possibilidade dos médicos, durante este período em que há pânico generalizado de toda a sociedade, poderem receitar, desde que as pessoas apresentem sintomas, o medicamento Tamiflu. Isso começou aqui no Paraná, e o Ministro mudou a sua opinião sobre a flexibilização da distribuição do Tamiflu, depois de uma conversa séria com as Secretarias Estadual e Municipal da Saúde do Paraná, o Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica do Paraná.

Quero ainda informar este Plenário que entrei hoje com uma petição, através do advogado Dr. Ubirajara Custódio Júnior, junto ao Ministério da Saúde, para que o Ministro esclareça as contradições que existem sobre o fornecimento do Tamiflu no Estado do Paraná e no Brasil. O Ministro afirmou no programa Canal Livre, na Rede Bandeirantes, no último domingo, que as farmácias estão liberadas para a venda do remédio Tamiflu, que na opinião dele não há mal nenhum que as farmácias vendam o Tamiflu. Mas as farmácias não teriam esse remédio, porque o Ministério da Saúde teria comprado todo o remédio. No entanto, foi informado no jornal Gazeta do Povo, da semana passada, que o Deputado Alexandre Curi revelou ao jornalista Celso Nascimento que o laboratório Roche ofereceu ao Governo do Estado do Paraná 1 milhão de doses do Tamiflu.

Queremos saber se existe ou não o Tamiflu, se as farmácias podem ou não vender. Estou propondo que as farmácias possam vender esse medicamento, mediante receita do médico responsável, para pessoas que apresentem sintomas da gripe. Vamos aguardar a resposta do Ministério da Saúde a essa petição, que foi protocolada pelo meu advogado, hoje, em Brasília, para que possamos ter um esclarecimento.

Quanto ao assunto em voga, em primeiro lugar, quero agradecer aos senhores e senhoras médicas que participaram ativamente da Audiência Pública que foi feita pela Comissão de Saúde desta Casa. Recordo que o Dr. Saulo estava lá, as senhoras também estavam lá. Foi muito boa aquela Audiência Pública, pois ajudou a formar a minha opinião sobre este assunto.

Quero fazer aqui um depoimento público a favor do projeto que os senhores estão defendendo. Sou fumante, sou um doente, sou um dependente químico do cigarro, porque fumar é dependência química. Não adianta querer dizer que não. Mas não quero que meus filhos e netos

também sejam fumantes. É exatamente por isso que o meu voto será favorável ao projeto que restringe o fumo em ambientes fechados no Estado do Paraná.

Sras. e Srs. Deputados, também sou radicalmente contra a criação de fumódromos. Estive há algum tempo atrás no Rio de Janeiro, no aeroporto mais distante, Tom Jobim, tem uns “aquários” horríveis ali, pequenos, onde 10, 15 pessoas se juntam ao mesmo tempo e ficam fumando, inalando aquela fumaça. Aquilo acaba fazendo mais mal do que o próprio fumo, e acaba causando danos terríveis à saúde da população. Quero dizer a vocês que, na minha opinião, o modelo ideal é o modelo que foi adotado no Estado de São Paulo: lá não é permitido o fumódromo. Agora, se o bar, o restaurante, a boate tem uma varanda, tem um local a céu aberto, aí é outra história, aí também não podemos entrar no direito do indivíduo escolher se quer se suicidar aos poucos ou não, consumindo o tabaco. Em São Paulo, nas varandas, nos lugares abertos, nos jardins de inverno, é permitido o fumo, desde que esteja completamente isolado do resto do ambiente, e desde que o garçon não possa entrar nesses lugares, porque temos que pensar também na saúde dos garçons, que não são fumantes e que não devem ser condenados a serem fumantes passivos.

Ainda falando sobre a lei de São Paulo, eu redigi uma emenda com o Deputado Tadeu Veneri, e amanhã eu vou lutar, vamos amanhã tentar aprovar essa emenda, porque é a emenda da vida. O objetivo dos senhores e das senhoras não será alcançado se essa emenda não for aprovada amanhã.

O Governo do Paraná trouxe a lei de São Paulo, mas se esqueceu de um pequeno detalhe, que é, na minha opinião, o mais importante de todos: temos que garantir, por lei, o tratamento gratuito a todo dependente químico do cigarro que quiser abandonar o seu vício, inclusive com o fornecimento dos medicamentos, extremamente caros, que existem, mas que devem ser acessíveis também à população de baixa renda.

Quero pedir o apoio das senhoras e dos senhores para aprovar aqui, amanhã, essa emenda que é fundamental. Tem pessoas que querem parar de fumar e pensam que para parar de fumar tem que sofrer. Hoje em dia é possível parar de fumar sem sofrer tanto. É claro que é necessário ter força de vontade, existem fatores psíquicos, psicológicos, mas existem também medicamentos extremamente modernos, e que comprovadamente, cientificamente, são eficazes. O Governo do Paraná tem que, por lei, se comprometer com o fornecimento desses remédios.

Quero dizer mais, para tranquilizar meus amigos donos de restaurantes e bares que estão nos assistindo, o meu irmão tem um bar, chama-se Bar Brahma, alguns aqui devem conhecer, meu pai tem dois restaurantes, meu outro irmão tem um restaurante, nenhum dos quatro acredita que por ser aprovada a restrição ao cigarro irá diminuir o movimento desses estabelecimentos; muito

pelo contrário, eles acreditam que o movimento irá melhorar, desde que evidentemente as coisas sejam feitas dentro do respeito, cumprindo-se as regras, e claro, jamais, criminalizando o fumante que tem também, como cidadão brasileiro, que ter os seus direitos respeitados.

Fiquei preocupado com uma coisa que vi no Rio de Janeiro, e aqui vamos ter que ter um cuidado com isso, embora eu fique menos preocupado, porque vejo que a Vigilância Sanitária aqui no Paraná é conduzida por pessoas sérias. Mas no Rio de Janeiro existem alguns quarteirões que são comandados por vigilantes sanitários, são fiscalizados, e os bares que pagam o “mensalinho” para o vigilante sanitário daquele quarteirão podem deixar fumar e estão mais cheios. Os bares que não pagam o “mensalinho” para o vigilante sanitário não podem deixar fumar e estão mais vazios.

Aqui não é o Rio de Janeiro. Acredito que aqui no Paraná a Vigilância Sanitária está na mão de pessoas dignas, honestas e íntegras, mas quero pedir às senhoras e aos senhores que, nos primeiros meses da vigência desta lei, ajam com ponderação, o que não significa não agir com rigor. Não vamos transformar essa lei em algo policiaisco, que afronte os direitos individuais do cidadão brasileiro, garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal. O direito à vida é um direito de todos os brasileiros, mas o direito à liberdade e à intimidade também deve ser preservado, porque não há vida plena sem liberdade.

Portanto, senhoras e senhores, vocês estarão fiscalizando o cumprimento deste projeto que, certamente, será aprovado pela Assembleia Legislativa. Por favor, num primeiro momento, peço que procurem trabalhar no sentido da conscientização, da educação.

As maiores lutas vencemos pelo amor, não pelo terror. Sensibilizo-me muito mais quando meu sobrinho de quatro anos de idade fala: “Titio, não fume que você vai ficar com o pulmão preto”, do que quando ouço uma autoridade querendo proibir o fumo em algum lugar.

Então, senhoras e senhores, contem com o meu apoio, mas guardem na mente que esta luta contra o tabagismo só será vencida pelo amor, pela educação, pela conscientização, e jamais pelo terror.

Muito obrigado.

#### A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Presidência registra e agradece a presença do Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, que foi Deputado Estadual. Queremos saudá-lo aqui e parabenizá-lo pelas boas iniciativas na Cidade.

Neste momento, fará uso da palavra o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. V. Exa. tem 10 minutos para seu pronunciamento.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli***

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores e senhoras palestrantes que participam deste debate, nesta tarde importante aqui na Assembleia Legislativa.

Quero começar dizendo que tem absoluta razão a Dra. Margarete Matos. É absolutamente inconstitucional a Assembleia do Paraná aprovar um dispositivo que contrarie uma convenção internacional, que já foi recepcionada como norma constitucional do nosso País. Por isso, é muito importante que a Assembleia Legislativa do Paraná possa votar na integralidade à emenda substitutiva geral que foi formulada pelo Deputado Reni Pereira.

A emenda substitutiva reúne os Projetos de Lei nºs 147, que é de autoria do Deputado Reinhold Stephanes, o 243 que é de minha autoria, o 388 que é de autoria do Deputado Antonio Belinati, e o 276 que é de autoria do chefe do Poder Executivo, do Governador Requião. Estes projetos praticamente têm o mesmo conteúdo, apenas o do Deputado Stephanes Júnior, depois de ter sido apresentado, foi emendado pelo autor, no sentido de permitir a instalação dos fumódromos. Os outros projetos, o meu, do Deputado Antonio Belinati e do Governador Requião, têm o mesmo caráter, usando o português bem claro, são proibitivos, banindo o uso do tabaco, do cigarro, da cigarilha, do charuto, ou de qualquer outro utensílio que seja fumígeno de ambientes de uso coletivo, sejam eles públicos ou privados, sem nenhuma flexibilidade.

Deputado Ney Leprevost, ouvi aqui o início do seu pronunciamento quase que uma confissão, o seu reconhecimento, porque eu lhe conheço desde quando o senhor ainda era muito menino e ainda não tinha o vício do cigarro. E quero ver você, Ney, livre do tabaco. Penso eu que, como você, como Deputado, como V. Exa., quantas pessoas, quantos jovens não foram atingidos quando eram ainda influenciáveis especialmente pelo vício do cigarro? O cigarro, a partir dos anos 60, passou a ser moda, passou a ser aquilo que as pessoas incorporam ao seu gestual, nos filmes produzidos em Hollywood, nas novelas feitas pela tevê brasileira, até que ele pudesse, por força da consciência coletiva da sociedade civil organizada, nascida nos anos 70, no combate a ditadura, começasse a ser questionado o uso intensivo do cigarro nas propagandas. No início dos anos 80 praticamente se baniu o cigarro da propaganda. Demorou muito tempo para que ele pudesse ser banido. Mas, na última década, tivemos grandes avanços.

Ouvi aqui os especialistas falarem e demonstrarem. Ou seja, quem está sentado aqui, hoje, esses homens e mulheres que vieram aqui já têm percorrido esses gabinetes e são pessoas voluntárias que combatem o tabagismo por acreditarem no grande malefício que ele faz na vida das pessoas. E esta Assembleia Legislativa é composta por homens e mulheres, pessoas conscientes, não é aquela conversa, sinceramente, muito mal havida de que pobres dos produtores, fumicultores que vão ser penalizados! Na verdade, acabei de receber do Secretário Valter Bianchini, da Agricultura, os projetos alternativos que o nosso Governo tem a quem queira abandonar o plantio do fumo, do tabaco, no Estado do Paraná. E temos que reconhecer que os fumicultores estão escravizados pela companhia produtora de cigarros, especialmente a Souza Cruz,

por conta de que aquilo que a Dra. Margarete disse, a famosa venda casada mesmo, ou seja, o financiamento e os produtos juntos, eles ficam escravizados. Além disso, de se reconhecer que a família dos produtores de fumo trabalha em uma condição subumana, as crianças ainda muito pequenas começam a trabalhar nas estufas.

Se alguém estiver duvidando do que estou falando, e são de outras regiões, é só visitar as Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná, que vai verificar aquilo que estou falando. Eu conheço bem Rebouças, Rio Azul, Mallet, essas regiões que têm, de fato, os produtores, é só visitar e ver as condições absolutamente desumanas a que essas pessoas estão submetidas.

Ao mesmo tempo, penso que temos que lançar para a juventude um sinal de mudança, não dá para flexibilizar. Por que não dá para flexibilizar? Porque senão não cola a lei, não pega a lei. A lei, no Brasil, ou ela é dura, firme, tem que ser contundente para que as pessoas possam respeitá-la. E temos que ter a capacidade de reconhecer o seguinte: temos que deixar uma sociedade melhor, porque aquela que recebemos somos vítimas, nós, a nossa geração toda foi vítima da propaganda do cigarro. Mas, é hora de libertar os jovens, como já estamos fazendo amplamente, porque não tenho dúvidas que daqui a alguns anos o cigarro vai ser proibido. Porque o malefício do cigarro é tamanho, que certamente vai chegar o momento em que a sociedade vai dizer: "Chega", e terá que se transformar em ilícito o cigarro.

Todos sabem que há 4 mil anos, nas Américas do Norte e Central, os Incas e os Maias tinham o tabaco, que foi para a Europa e no século XVI as pessoas adquiriram esse hábito, que acabou por se mostrar um vício, por conta dos efeitos maléficos daquilo que o cigarro contém.

Por isso, não dá para ser frouxo nesse tema. Temos que banir qualquer possibilidade de ambiente de uso coletivo. O fumódromo é apavorante. Pensar em uma câmara de gás, onde as pessoas vão ficar presas, certamente que algumas vão fumar e outras tantas juntas, porque farão companhia, a esposa, a namorada ou o namorado, acabam indo junto para fumar o cigarro e vão, de fato, ser contaminados.

Estamos falando aqui dos fumantes passivos o tempo todo. Mas quando falamos aqui em restrição, não dos direitos individuais, mas dos coletivos, da cidadania, estamos falando em demonstrar, de fato, de constranger as pessoas que tenham que sair em uma madrugada fria curitibana, de dentro de uma casa noturna, para ir na calçada fumar. Não tenham dúvida que a pessoa vai diminuir o número de cigarros e, muito provavelmente, vai chegar em um ponto que ela abandona. Aqui há de se considerar o princípio aristotélico da desigualdade ou da igualdade: *Aos desiguais, um tratamento desigual, na exata medida da sua desigualdade*. Porque as casas noturnas das famílias de classe média e alta curitibana, há hipótese de terem um fumódromo, terão um sistema de exaustão que não é eficiente, mas terão um sistema de um deles. E os jovens que frequentam a periferia da Cidade?

Eles não poderão fumar, porque não terão fumódromo, nenhum sistema de exaustão. Não será aquela maravilha que descreveram aqui. Ou seja, é hora de sermos sinceros, darmos um basta e reconhecermos que já avançamos muito. As pessoas não podem hoje nem fumar na praia, porque quem está ao lado, na barraca, começa a cobrar, por causa do cheiro do cigarro, horrível.

Dr. Batista, V. Exa. que é médico, que tem compromisso com a saúde, é hora de dizermos um não ao vício do cigarro, de combatermos de vez isso. Em nome do Governo, para que se demonstre a boa fé e que se possa ter aqui quase uma unanimidade dos votos. Aceito, sim, nós da bancada de apoio ao Governo e aqueles que acreditam nesse projeto de lei, aceitamos incluir um dispositivo que possa oferecer um tratamento eficiente, através do Sistema Único de Saúde, para todas as pessoas que queiram abandonar o vício do tabaco. Vamos estender a nossa mão no sentido de promover uma emenda nesse sentido, Deputado Reni, V. Exa. como relator, para que possamos ter quase a unanimidade da Assembleia Legislativa, fazer como foi proposto e divulgar a todos aqueles que participaram de um momento importantíssimo, de banir e declarar o Paraná um território livre do tabaco, nas áreas de uso coletivo, sejam elas públicas ou privadas.

Para concluir, temos um tema que não discutimos aqui. Nos Estados Unidos, nas residências, onde há crianças pequenas, idosos, também a Vigilância Sanitária age no sentido de coibir o tabaco. Aqui, muitas vezes, dentro do âmbito da própria residência, a pessoa faz uso do tabaco e outras tornam-se fumantes passivas. Esse é um tema que reconheço muito complexo.

Vamos extinguir os fumódromos, que já está de bom tamanho para esse momento que estamos vivendo.

Obrigado.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

## ***Deputado Dobrandino da Silva***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sra. Presidente, Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna e, ao iniciar a minha fala, quero agradecer a Associação Médica do Estado do Paraná, estes que aqui a representam, parabenizá-lo por estar aqui com a única intenção de defender a saúde da população. Tem que separar aqueles que defendem com exclusividade como único interesse a saúde, e aqueles que defendem o poder econômico. Portanto, V. Exas. têm de nós o respeito, por estarem aqui com a única intenção de defender a saúde da população. Parabéns pela luta de vocês, é louvável!

Ontem teve uma outra discussão, eu participei muito pouco, e queria dizer que aqui colocou muito bem o Deputado Presidente da Comissão de Saúde, Ney Leprevost: o malefício do fumo, e se criar fumódromo claro que vão criar uma câmara para matar as pessoas que entram no recinto. Porque essa conversa que colocaram aqui que defende produtores de fumo não procede, não é verdade.

Próximo da Cidade onde moro, Foz do Iguaçu, a 20, 10 quilômetros da fronteira, conheço inúmeras fábricas de cigarro no Paraguai, e no entanto no Paraguai não tem produção de fumo, agora que está surgindo. Eles importam fumo de Cuba, da Argentina, de diversos Países do mundo, e o Paraguai agora que começa a plantar fumo. Acho que devia proibir até isso, ir buscar outras alternativas, mas como está produzindo eles vão exportar.

Então, isso não procede, não é argumento para defendermos aqui a mudança nessa lei para criar o chamado fumódromo dentro dos estabelecimentos comerciais! E se aprovarmos a lei com essa exceção não vai adiantar nada, vai continuar do mesmo jeito, daqui a alguns dias a lei não vai ter efeito nenhum. Então, temos que aproveitar agora, temos que avançar, modernizar e proibir de vez, dentro de qualquer estabelecimento público ou privado, o uso do cigarro.

Eu sinto isso, sofremos muito, perdi meu irmão que morreu por causa do cigarro, câncer de pulmão, sabemos o mal que o fumo causa no ser humano, na população. Esta Casa tem a obrigação de defender a saúde da população aprovando essa lei na íntegra.

Deputado Romanelli, V. Exa. colocou muito bem, com firmeza, a aprovação dessa lei. Conte com meu apoio e eu pediria, neste momento, aos Srs. Deputados: vamos colocar a mão na consciência, vamos deixar de defender o poder econômico! Claro que os estabelecimentos comerciais estão na deles, mas isso, com certeza, não irá prejudicar em nada, pelo contrário, talvez vai melhorar muito mais, porque muita gente que pode ir ao restaurante, almoçar ou jantar, deixa de ir em função de ser um fumante passivo naquele estabelecimento.

Acho que neste momento a Assembleia tem a obrigação de dar esse exemplo, e aqui no Paraná proibir terminantemente o uso do cigarro dentro de estabelecimentos públicos e privados.

Obrigado e parabéns a V. Exas. por esta grande bandeira que estão levantando aqui na nosso Estado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Professor José Lemos.

## ***Deputado Professor Lemos***

O SR. PROFESSOR LEMOS

Boa tarde Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa e também esta classe valorosa, classe médica que vem aqui acompanhada do Ministério Público e de outras

autoridades que defendem o direito primeiro, que é o direito à vida. Não tem nenhum outro direito maior que esse, é o direito à vida e vida em abundância, vida boa! Para que esta vida seja, de fato, maravilhosa, temos que combater todos os fatores que a prejudicam: o tabaco prejudica, o tabaco faz mal, ele vicia, torna dependente, traz doenças para quem produz o tabaco, desde a criança até o idoso. Ele leva o produtor a ter inclusive um alto índice de suicídio, isso está relacionado com a plantação do tabaco. Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram isso, ele prejudica as pessoas que usam, que fumam, aquelas que não fumam e que são fumantes passivos.

O meu pai, agricultor lá em Minas Gerais, foi estimulado pelo próprio pai dele, na época, a fumar. Quando ele dizia para nós que não deveríamos fumar porque fazia mal, chegou o momento que nós perguntamos: “Por que o senhor começou a fumar?” Então ele disse que era até feio para o jovem, o rapaz que não fumava lá no interior, lá na roça. Havia uma pressão para que fumassem. Quando ele completou 18 anos, o pai dele primeiro fez um cigarro para ele e fez um para o meu pai, então o meu avô pressionou o meu pai a começar a fumar. Isso fez muito mal para o meu avô, fez muito mal para meu pai, os dois já são falecidos, ele teve que lutar muito para deixar de fumar, e deixou quando estava muito doente, por determinação médica e por pressão nossa.

Veja, já evoluímos bastante, há um desestímulo para quem fuma e para quem planta, mas podemos fazer mais e melhor: não devemos permitir ou legislar no sentido de construir arapucas, que são verdadeiras armadilhas, que vão prejudicar ainda mais aquela pessoa que está precisando de ajuda para largar o tabaco. Porque não é verdade que devemos deixar à vontade aquelas pessoas que estão dependentes e que estão doentes e dizer assim: se quiser se suicidar, se suicide, vagorosamente. Não, temos que fazer a defesa da vida, fazer de tudo para que ela, se já está viciada, possa deixar o vício, e fazer de tudo para que aquele que ainda não iniciou esse vício que não comece, porque traz prejuízo muito maior para a população o uso do tabaco, traz um prejuízo muito grande! E nós podemos, com política pública, trabalhar na prevenção, trabalhar no sentido de substituir a cultura do tabaco por outras culturas que favorecem a vida.

E nós, lá na escola, como professores que somos há mais de 25 anos no Estado do Paraná, sabemos da dificuldade que temos para fazer esse aconselhamento e esse combate. E precisamos, sim, de leis que nos ajudem a fazer com que se desestime o uso do tabaco, do plantio ao uso.

Quero dizer ao Deputado Ney Leprevost que também vou subscrever essa emenda, porque queremos que o Estado também faça um trabalho de prevenção, faça um trabalho também de tratamento daquelas pessoas que são usuárias, que são dependentes.

Por fim, quero enaltecer as pessoas que estão preocupadas em defender a vida, especialmente este coletivo que está aqui representando um coletivo maior que do



Paraná, do Brasil e do mundo afora, fazendo esse combate. Combate a tudo aquilo que prejudica a vida e faz a defesa da saúde e coloca a felicidade das pessoas em primeiro lugar. A esses eu quero deixar aqui a minha homenagem, porque se a classe média estivesse querendo ganhar mais ia fazer de tudo para que tivesse mais doenças. Ao contrário, estão combatendo e isso diminui o número de pacientes lá no consultório, mas estão fazendo isso porque são contra colocar o lucro acima da vida e colocam a vida acima do lucro, e a felicidade da nossa população em primeiro lugar. Por isso parabéns, a minha homenagem a esses que são lutadores do povo e estamos com vocês.

Eu voto contra o tabaco e vamos encontrar alternativa para aqueles produtores que estão lá na roça, como a minha família ainda estava lá, vim de lá e temos que cuidar daqueles que estão lá também. Alternativa para eles e saúde e vida longa para todos nós.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin***

O SR. NEIVO BERALDIN

Na verdade, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e visitantes.

A minha palavra é muito curta e objetiva. É uma tendência mundial e o Paraná não pode ser diferente, evidentemente, vamos votar a favor da saúde do povo do Estado. Então o nosso voto é um voto para acompanhar o substitutivo geral e é um voto da saúde do povo do Paraná. E pela pesquisa que estamos fazendo junto dos Deputados, não tenho dúvidas, o Paraná vai ser mais um Estado que vai inibir os fumantes de fumarem em locais fechados.

Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel***

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, convidados.

O Deputado Romanelli está enganado, tenho um posicionamento extremamente claro com relação à Lei Antifumo. Sou favorável a esta lei. Acho que esta lei será muito benéfica ao Estado do Paraná.

Estava conversando agora mesmo com o Deputado Douglas e falei da importância, porque pessoas acabam fumando porque estão em rodinhas de amigos. Um colega, um companheiro, um amigo começa a fumar e ele fica deslocado, acaba sendo tentado e acaba entrando no vício. Infelizmente se torna uma doença crônica.

Sou favorável à Lei Antifumo, mas ontem deixei também um posicionamento também claro com relação a uma discussão que precisamos abordar, que é a questão dos fumicultores do Estado do Paraná. São 37 mil famílias. Essas pessoas estão preocupadas com tudo isso.

É claro que precisamos buscar umas alternativas imediatas para que esses produtores possam alternar essa produção. Mudar para a produção de fruticultura. Isso leva um tempo, Deputada Cida Borghetti, um ou dois anos.

Alguns Deputados falaram aqui em outros discursos, e falaram muito bem, que essa preocupação teria que ter sido abordada há muito tempo, há muitos anos. Porque chegamos agora a esse ponto de termos que votar uma lei importante, mas que pode causar um problema social muito grande.

Talvez possamos fazer uma emenda nesse sentido, e pedindo o apoio do Deputado Romanelli, que também fez um belíssimo discurso na tarde de hoje. Ele falou do Secretário da Agricultura, Valter Bianchini. Neste final de semana estive com o Secretário em Prudentópolis, e o Secretário também ficou preocupado. Senti a preocupação dele. Ele sabe que as indústrias de fumo escravizam os fumicultores. Os fumicultores hoje são reféns dessas empresas. Isso é verdade. Essas indústrias, essas empresas já avisaram que a situação dessas famílias vai ficar realmente complicada.

Também levantaram aqui na tribuna a questão da exportação, que mais de 82% da produção no Estado do Paraná, na Região do Sul do Brasil, é exportada. Mesmo assim as pressões das indústrias são realmente grandes. Como falei ontem, que um senhor simples, humilde, sertanejo, conversou comigo no final de semana, e disse assim: “Marcelo, estou preocupado, porque sei que a lei vai ser aprovada”. Vai ser mesmo aprovada. Foi aprovada em Ponta Grossa, em outras Cidades do Paraná, foi aprovada em São Paulo. É muito benéfica e teve a aprovação da grande maioria dos cidadãos paulistanos. Disse isso ontem, no meu discurso. Mas lá em São Paulo não tem produção de fumo, lá no Rio de Janeiro também não tem produção de fumo. Falaram também muito bem aqui no discurso, dizendo que essa profissão da produção, os fumicultores, eles são muito prejudicados. A saúde é um trabalho escravo.

Então, temos que nos preocupar também com essa questão. Estamos debatendo a questão da Lei Antifumo. Vamos proibir no Estado do Paraná. Vamos livrar as crianças dessa fumaça, se Deus quiser, nesses ambientes fechados. Mas também é um bom momento de termos que ampliar o debate a respeito desse problema social que se estabeleceu no Estado do Paraná, porque as produções de fumo são gigantescas.

Queria tranquilizá-los, dizer que não sou a favor do tal fumódromo, daquele “box” que já vi, inclusive, em alguns shoppings, onde as pessoas sentam e ficam ali - como uma pessoa aqui que usou a tribuna falou -

parecendo uma câmara de gás. É verdade. As pessoas em volta olhando para aquele aquário e vendo as pessoas se matando ali dentro. Aquilo não é bom exemplo. Realmente não é nada saudável ver aquilo e temos que proibir, sou contra o fumódromo.

É importante dizer que se, de repente, uma empresa tiver um local aberto para fora e que seja restrito, para que as outras pessoas, inclusive, possam ver de longe que aqueles que estão fumando são pessoas sujeitas a uma doença crônica, até mesmo os fumantes sintam-se numa condição diferenciada, que isso vai acontecer, já está acontecendo, é uma tendência mundial. Mas tem que ser aberto, um local especial, para que a fumaça, em hipótese nenhuma, chegue às pessoas que se tornem fumantes passivos, aí não vejo restrição, mas somente nesse caso.

Gostaria de dizer aos senhores, fiz até uma enquete no rádio, porque sou radialista, as pessoas são favoráveis a Lei do Fumo.

Veio aqui o Deputado Ney Leprevost e disse: “Sou fumante, sei do meu problema, não quero que meus filhos, que as crianças que estejam me assistindo sigam o meu exemplo.” Graças a Deus eu não sou fumante. Ninguém da minha família é fumante, graças a Deus. Meu pai era fumante conseguiu se livrar dessa maldição. Talvez com essa Lei consigamos avançar ainda mais e diminuir o consumo desse malefício.

Vamos, nos próximos debates, apresentar emendas para que as 37 mil famílias não fiquem desamparadas no Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quer dizer que é importante o debate, amanhã vamos iniciar a votação, mais uma vez quero cumprimentar a Casa por abrir os dois lados, ouvir as opiniões. Acho muito importante e estamos discutindo muito aqui essa questão de quem produz.

Temos uma grande população, que somos de uma região onde há uma grande produção de fumo. Somos da região de Ponta Grossa, Ipiranga, Imbituva, Prudentópolis, é uma região que se planta muito fumo. Fica aquela preocupação, porque haverá pressão sempre em cima dos fumicultores.

Existe alguma coisa a ser discutida, o que vai acontecer na sequência, o fumo não fica aqui, vai para fora, e esse debate vai prosseguir. Amanhã vamos iniciar as votações.

Tem Deputado que já vai mudando a sua posição. É interessante que o debate faz mudar a posição. Tem Deputado aqui que antes a maioria votava de um jeito, agora já está mudando. Outros estão fazendo discurso

para os dois lados, os tradicionais em cima do muro. Já vimos Deputado fazer discurso para o pessoal de ontem, e hoje fizeram para o pessoal de hoje. É aquele tradicional “sabonete político”. É aquele negócio que só faltou chorar, tem gente que é especialista em chorar.

O debate é bom, já vimos Deputados mudando de posição. Tem Deputado que está até com medo de perder voto: “Se eu votar de um jeito, vou perder voto. Se vou votar do outro, vou perder”. Tem gente querendo fazer discurso para os dois lados. Ou você é contra o fumo ou a favor do fumo. Decida de uma vez. Amanhã começa a votação.

O projeto está aí, o Brasil inteiro está discutindo isso. Acho que o momento é importante, este debate. Tem fumantes, tem não fumantes, tem gente que não fuma, mas fuma do mesmo jeito, tem a questão dos funcionários, que sofrem também.

É preciso continuar o debate. Mas, o debate deve ser sempre dentro da seriedade, da responsabilidade. Claro que somos políticos. Ninguém chegou aqui de bobeira. Todos que chegaram aqui, chegaram eleitos pelo povo e cada um por um segmento. Chegamos aqui e cada um tem um jeito de ser. Este é um debate muito importante, um debate profundo, no qual temos que analisar a questão técnica, a questão da saúde que estamos vivendo hoje. Muitas coisas estão acontecendo a nível de saúde, em função desta gripe. Muitos hábitos estão, aos poucos, mudando, e precisamos ter um pouco de cautela em relação a isso.

Queria, mais uma vez, cumprimentar a Casa por fazer este debate, um dos temas mais debatidos aqui na Casa. E as pessoas que estão em casa devem dar sugestões, vocês que estão em casa, assistindo TV, à noite, as pessoas que estão nos acompanhando, transmitam suas sugestões para os seus Deputados. Todos nós, aparece embaixo no vídeo, nosso e-mail. Mandem sugestões, ideias. Você que votou no seu Deputado, discuta com ele. Não é só votar no Deputado. Tem que discutir com ele. Tem que fazer com que aquele Deputado que você votou também ouça sua opinião, porque é você quem nos traz até aqui.

Então, os senhores que estão em casa, as pessoas que estão nos acompanhando pela televisão, peguem o Deputado no qual você votou, se é que você lembra em que votou, porque tem gente que vota e não sabe nem em quem votou, infelizmente, o povo vota e não lembra, se você perguntar para as pessoas: em que você votou para Deputado Federal, Estadual, para Vereador, para Prefeito, para Senador, para Presidente? Tem gente que não sabe. Infelizmente.

Mas, você que tem mais uma ligação com seus Deputados, é momento de indagá-los, de cobrá-los, de mandar uma sugestão. Use nosso mecanismo eletrônico, que é a internet e mande uma sugestão para cada um dos Deputados, para que o Deputado possa ter oportunidade.

Sra. Presidenta, acho que o pessoal quando discute sua ideia, como acha que deve fazer a votação, ninguém precisa se intimidar. E ninguém precisa ser intimidado.

Eu, por exemplo, quando alguém me intimida, faço o contrário. Sou meio revolucionário. Quando alguém tenta me intimidar, “Olha, se você não fizer isso...”. Ah! Aí eu já viro. Porque acho que ninguém deve ser intimidado, cada um deve votar de acordo com sua consciência, com o que ouviu ontem, com o que ouviu hoje. Estamos bem amparados tecnicamente. Quem acompanhou o debate, ou está no seu gabinete ou na televisão, ou aqui no plenário, quem está acompanhando este debate tem que ter um posicionamento. E este posicionamento começa exatamente a partir do momento no qual você vai tomar sua decisão.

Então, queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, ao pessoal que está aqui, que veio trazer sua sugestão, o seu lado, veio mostrar que o cigarro faz mal. Eu, particularmente, não fumo. E de onde vem esta cultura de não fumar? Tem muita gente que diz: eu fumo.

Minha mãe me ensinou que não deveríamos fumar. Eu nunca fumei. Eu brinco, de vez em quando. Mas, fumar, tragar, coisa e tal, não. Tem muita gente que diz: mas, quem nunca fumou um baseadinho? Eu, com muito orgulho, não. Tenho defeitos, um monte de defeitos, bastante defeitos. Mas, tenho um grande virtude: nunca fumei uma droga. Isto é cultura de casa. Minha mãe era funcionária pública e me ensinou, desde pequeno, que droga é uma droga. Posso ter outros defeitos. Mas, este de fumar droga, nunca.

Quando você aprende em casa, com a mãe, que droga faz mal, mata a família, mata todo mundo, mata a sociedade, você também aprende a não fumar. Então, eu não fumo. Respeito quem fuma. Quem quiser fumar, que fume, porque o problema é seu e sabe o mal que está fazendo.

Agora, precisamos nos lembrar de que está na Constituição, que é a nossa bíblia jurídica, que o nosso direito vai até aonde começa o direito dos outros. É aquela história de você estar fumando em um lugar como aqui. A imprensa adora criticar, mas vive fumando ali atrás e a fumaça está por aqui. Ali tem umas 10 placas dizendo que é proibido fumar, aqui é proibido fumar, mas tem Deputado que fuma aqui! Então, nós precisamos nos lembrar sempre de que o cigarro também faz mal para as outras pessoas.

A partir de amanhã cada um vê o que é melhor, define a sua posição, vamos ter mais debate, mais discussão e vamos ter emendas. E claro que vamos ter aquele tradicional “sabonete político” que vai fazer emenda, que é emenda para jogar para a galera: “Olha, eu quis fazer uma emenda, mas os outros Deputados não quiseram”. É claro que vai ter: “Olha, fiz uma emenda maravilhosa e os Deputados não quiseram”. Tem gente que diz que apresentou 200 projetos e a Assembleia não quis aprovar, sendo que a maioria era inconstitucional e amanhã teremos isso, sem dúvida. É aquele negócio: “Eu queria 50% de aumento para os policiais”. Não dá para dar, porque quem já foi Prefeito sabe que tem que ter orçamento.

Então, teremos isso amanhã, é a pirotecnia que vamos ter amanhã, que é aquele negócio de jogar foguete para a galera, fazer aquela confusão, é o “sabonete político” que teremos durante essa votação.

Vamos saber nos benzer contra eles e, se Deus quiser, a Assembleia vai tomar a melhor medida e que seja a melhor principalmente para a saúde de todos nós.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Pela ordem, Deputado Antonio Belinati. Logo em seguida a Dra. Margarete fará o uso da tribuna para apresentar aqui as suas considerações finais.

## ***Deputado Antonio Belinati***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Presidente Cida Borghetti, nobres Deputados e nossos convidados.

Deputada Cida Borghetti, apenas para refrescar um pouco a memória. Fui o primeiro Deputado a trazer um projeto ampliando a licença-maternidade para servidora pública para 180 dias e, o projeto era tão bom que durante a sua tramitação o Governador Requião pegou uma carona e mandou um projeto igual ao nosso. Alguns outros colegas também posteriormente apresentaram projetos semelhantes, mas não importa a paternidade, o importante é que o Requião tinha a vaidade de querer ser ele o autor da licença-maternidade, mandou o projeto e a bancada do Requião aqui, que é a grande maioria, aprovou. No tocante à lei antifumo, mais uma vez tive a benção de Deus de ter sido o primeiro Parlamentar que trouxe o projeto para esta Casa, implantando a lei antifumo. E é uma matéria boa, novamente o Requião pegou mais uma carona e veio com o projeto dele. O próprio Deputado Romanelli também acabou apresentando um projeto semelhante e novamente, Presidente Cida Borghetti, quero dizer que o que é bom não importa se o Antonio Belinati foi o primeiro que apresentou a licença-maternidade de 180 dias ou se foi o primeiro que apresentou o projeto da lei antifumo, mas o importante é que a matéria seja aprovada e seja lei.

E ao terminar permita-me, Presidente Cida Borghetti, fazer o registro da presença dos nossos convidados, que estão aqui sentados há praticamente quase três horas, mostrando que são pessoas que deixaram hoje os seus afazeres, talvez alguns até com prejuízo financeiro, porque não estão ganhando absolutamente nada para estar aqui, mas estão praticando uma grande ação que é semear saúde para o nosso povo. A presença de vocês aqui, motiva todos nós Parlamentares mais do que nunca a aprovarmos esse projeto, que acho que vai prolongar a vida de muita gente.

Me lembro da minha sogra, ela fumou, e 30 anos depois que morte horrível que ela teve. Porque se você pegar uma pessoa fumante, ou que já fumou lá para trás, e de repente pegar um enfisema pulmonar, meu Deus do Céu,

a pessoa está lúcida, está vendo que está morrendo e levada para o hospital, para a UTI, daí volta para casa, dali um tempo volta para o hospital, a pessoa está vendo a morte ali. Para não falar de tanta gente que contraiu o câncer de pulmão.

Estava vendo outro dia a imagem de um membro da Nasa, um astronauta, filmaram eles desde o momento em que foi fazer o exame do pulmão, mostraram o pulmão dele todo contaminado pelo câncer. Mas, eu acho que talvez até pior do que o câncer do pulmão é a crise que o fumante acaba enfrentando, que é aquela falta de ar, que é aquele desespero.

Então, ao parabenizar esse grupo, pequeno, mas de qualidade que aqui está, quero cumprimentar a todos que estão apoiando o projeto. E se o cigarro faz mal, acho que não tem ali pode e aqui não pode. Negócio de falar que cria emprego, então daqui a pouco vai aparecer um maluco aí dizendo para legalizar a cocaína, porque mexe com bilhões e dá milhões de emprego. E o pessoal que trabalha, que compra iate, e tudo? O cigarro tem o lado bom também, por exemplo, graças ao cigarro tem agricultor que planta o fumo e ganha o dinheiro, o cara que vende equipamento para o produtor, que transporta a produção. Graças ao cigarro - o lado bom do cigarro - é que o dono da Souza Cruz come camarão daqueles bem grande, lagosta, tem iate, ilha na Grécia. A pessoa quando fica doente, tem o médico que fica lá cuidando dele, o medicamento que vai ser vendido, a farmácia que ganha dinheiro, o enfermeiro, o médico, o hospital.

De todo jeito se o fumante não aguentar e morrer, ainda tem até o dono do jornal que vai ganhar um dinheirinho com o anúncio. Tem gente que vai ganhar para fazer o túmulo, a funerária, tem até a floricultura que vai ganhar dinheiro. Então, tem o lado bom do cigarro, porque é esse lado do lucro que dá esse pessoal. Tem uma série de pessoas que acaba ganhando dinheiro em consequência do cigarro, que leva com certeza o fumante mais cedo para o cemitério.

Parabéns a esse grupo que aqui está, viva a saúde. E para se ter uma boa saúde o primeiro caminho é não ser fumante, nem direta e nem tragando indiretamente a fumaça alheia. Parabéns a vocês.

#### O SR. NEY LEPREVOST (*Pela Ordem*)

Em primeiro lugar, não posso deixar de cumprimentar o Deputado Antonio Belinati pelo seu depoimento e, reconhecer que realmente é um comunicador nato e que foi ele a primeira pessoa a falar nessa Casa Legislativa e apresentar um projeto de lei antitabagista. Esse reconhecimento devemos fazer, muito antes do Governo de São Paulo ter aprovado essa lei, o Deputado Belinati já tinha um projeto tramitando aqui na Assembleia Legislativa. Mas, Presidente Cida Borghetti, antes da senhora passar a palavra a ilustre representante do Ministério Público Federal, Dra. Margarete, que por sinal é uma batalhadora das boas causas, e ela tem lutado muito na questão do lixo, na questão dos catadores de

papel, não é só em relação a questão do cigarro que ela está trabalhando. Antes da senhora passar a palavra a ela para encerramento, preciso comunicar a Mesa desta Casa um fato lamentável que aconteceu como escritor paranaense na semana passada, mas que só ontem chegou ao meu conhecimento após a Sessão.

Temos aqui no Paraná um jovem escritor, muito talentoso chamado Paulo Sandrini. Ele foi convidado para ir à Venezuela pelo Instituto Cultural Brasil-Venezuela onde proferiu uma série de palestras. No último dia da sua estada na Venezuela foi detido, trancafiado numa sala do aeroporto, por cerca de uma hora, submetido a vários exames radiológicos, foi deixado nu, foi deixado incomunicável e sofreu todo tipo de tortura e violência psicológica que se pode imaginar. Graças a Deus ele já está de volta aqui no Paraná. Quero aqui expressar a minha solidariedade ao escritor Paulo Sandrini, porque sofreu devido às opiniões que deu nas palestras que proferiu.

Recentemente o escritor peruano Mario Vargas Llosa, um dos grandes gênios da humanidade foi vítima desse mesmo tipo de tratamento naquele País. Com todo respeito ao bom povo da Venezuela e entendo que devemos nos solidarizar com os nossos vizinhos que estão sofrendo com o totalitarismo, mais do que nunca vejo que esta Casa agiu certo ao tornar o Sr. Hugo Chávez *persona non grata* deste Estado. Sempre levantarei a voz, para condenar qualquer atitude totalitária, seja de Esquerda ou de Direita, no Paraná, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. Porque as novas gerações jamais poderão esquecer o que Hitler fez, infelizmente, ainda existe no fundo dos poços mais subterrâneos de mentes malévolas.

Fica aqui a minha solidariedade ao escritor paranaense Paulo Sandrini. E encaminhei ao Itamarati hoje, um ofício solicitando que o Ministério das Relações Exteriores exija desculpas formais do Governo venezuelano ao escritor paranaense Paulo Sandrini, que foi vítima desses abusos, deste terror e desta tortura.

Muito obrigado.

#### A SRA. PRESIDENTE (*Cida Borghetti*)

Com a palavra a Dra. Margarete.

#### A DRA. MARGARETE MATOS

Tentarei ser bastante breve. Como a indústria fez com a associação de bares, restaurantes e hotéis, também manipula o sentimento e opinião dos fumicultores. Os orientadores técnicos das indústrias estão todo tempo nas propriedades rurais informando, de forma equivocada, que de fato de proibir o fumo em ambientes fechados, causará uma diminuição nos contratos, na produção, enfim, que vão receber menos pela produção.

Preocupe-me com o pronunciamento do Deputado Marcelo Rangel no sentido de querer incluir, nesse projeto de lei, alguma coisa a respeito da proteção dos fumicultores. Há mais de 10 anos, venho investigando o sistema de exploração que a indústria promove em relação aos fumicultores. É um assunto bastante complexo para se

tratar nesse projeto de lei. Gostaria de sugerir uma discussão mais profunda com relação à situação dos fumicultores, porque não está relacionada apenas a questão da diminuição do consumo com reflexo na produção. Estamos falando de endividamento, neuropatias causadas pelos agrotóxicos, pelo pacote tecnológico que é imposto, pelas propriedades que estão sendo expropriadas para pagamento de dívidas.

Enfim, é um problema muito maior do que este que está sendo pontuado neste momento. Coloco-me à disposição de V. Exas. no trabalho a se seguir se vier ser acolhida essa minha sugestão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

## ***Deputada Rosane Ferreira***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Na verdade, quero fazer um aparte à fala da nossa Promotora.

Ontem, quando da exposição dos fumicultores, em determinado momento, fui até à mesa, e um colega Deputado chamou o senhor que expôs aqui. Coloquei claramente as questões de saúde que envolve o cultivo do fumo. Conversando com o Deputado, ele disse: “Então, vamos chamar o senhor que falou aqui. Você verá como o depoimento é diferente.” Esse senhor foi até à mesa, conversamos. Era o Sr. Osvaldo. Ele me colocou: “Olha, trabalho há tanto tempo com essa questão do fumo e não tenho nenhum problema de saúde.” E eu comecei a contra-argumentar e conversamos um pouquinho. Eu disse: olha, Sr. Osvaldo, se amanhã o Governo acenar para o senhor com uma outra possibilidade do senhor ter a mesma rentabilidade que obtém, hoje, no cultivo do fumo, o que o senhor faria? “Eu largava a produção na hora!” Este foi o depoimento de um senhor, na presença de outros Deputados. O Deputado Romanelli, acompanhou o finalmente dessa conversa e ele colocava claramente. Ele era uma das pessoas que vieram aqui defender a questão do cultivo, da produção e me dizia exatamente assim.

Pode ser um entendimento equivocado meu, doutora, mas a questão de eles permanecerem plantando é uma questão de sobrevivência. Talvez, eles tenham que optar e seja mais digno morrer de uma neuropatia, levar uma vida em depressão ou ter um câncer do que morrer de fome. Talvez, não estejamos vendo que é essa a alternativa, hoje, de uma coisa ou outra. Então, tenho absoluta certeza, só na região de Mandirituba mais de 60 mandados judiciais contra a indústria do fumo e do tabaco. Temos sim um problema seriíssimo de saúde entre os plantadores.

Temos lugares no Paraná, Cidades em que mudam os horários de aula na época da colheita da folha, porque as crianças deixam de ir à escola para ajudar na coleta, na catação e na separação das folhas de fumo. Então, tem toda uma outra história atrás dessa questão.

Estou me poupando de falar. Ontem, não usei o horário e, hoje, também não, mas não podia me calar diante destas situações e dar minha contribuição. Sou uma técnica na área da Saúde, tenho todo um envolvimento. Então, nem precisaria que os senhores estivessem aqui. Embora, quero parabenizar a todos que aqui expuseram pela maestria com que fizeram seus pronunciamentos, mas nem precisaria ouvi-los porque tenho a minha posição já muito clara em relação a isso, há muito tempo, por ser uma técnica na área da Saúde.

De qualquer forma fiz uso da palavra, realmente, para reforçar sua colocação e espero sim que esta Casa, amanhã, cumpra seu papel com relação à defesa da vida que é o maior de todos os nossos deveres.

Muito obrigado!

## ***Encerramento da Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Queremos agradecer aos nossos convidados e a pessoa do nosso Presidente Deputado Nelson Justus que permitiu que esta Casa os recebesse, na tarde de hoje, como foi ontem também, nesta importante Audiência Pública. Queremos agradecer aos Nobres Parlamentares Deputados e Deputadas que permaneceram durante todo tempo, a imprensa e, também, aos nobres colaboradores da Assembleia, os funcionários da Mesa.

Declaramos, portanto, encerrada esta Audiência Pública, marcando para amanhã, 19 de agosto, quarta-feira, à hora regimental, portanto, às 14h30, com a seguinte

## **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 488/08, 349 e 353/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 385/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 243/08, 028/09 e de Resolução n° 016/09.

Levanta-se a Sessão.